

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.344 - SP (2019/0193956-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : CONJUNTO ARQUITETONICO GREEN VILLAGE**  
**ADVOGADO : MURILO PASCHOAL DE SOUZA - SP215112**  
**AGRAVADO : MARCOS ANTÔNIO DAVID**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO DAVID (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP086755**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E INÉPCIA DA INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DAS MATÉRIAS OU TESES. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

## **DECISÃO**

Marcos Antônio David ajuizou ação de arbitramento de honorários em contra Conjunto Arquitetônico Green Village, objetivando o recebimento de honorários advocatícios decorrentes de serviços prestados e pactuados entre as partes.

O Magistrado de primeiro grau julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, por entender que o autor careceria de interesse processual em relação aos pedidos da inicial.

Interposto recurso de apelação pelo autor, a Trigesima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento à insurgência para, reformando a sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, determinar o prosseguimento da demanda.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ, fl. 283):

SERVIÇOS DE ADVOCACIA. Cobrança de honorários, em modalidade de arbitramento. Decreto de extinção, com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil (ausência do requisito do interesse de agir). Apelo do autor. Provimento.

Inconformado, Conjunto Arquitetônico Green Village interpôs recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial, com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, alegando dissídio jurisprudencial interpretativo quanto ao art. 337, XI, do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, a ausência de interesse processual do autor, tendo em vista que, relativamente à ação para a qual o recorrido postula o arbitramento de honorários advocatícios, ainda não houve vencido ou vencedor e, conseqüentemente, fixação de honorários sucumbenciais.

Aduziu, também, a ausência de interesse processual quanto ao arbitramento de honorários contratuais, uma vez que tal pretensão deve ser manejada por ação de cobrança, e não pela via escolhida pelo autor.

Contrarrazões apresentadas às fls. 330-344 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição de agravo.

Contraminuta às fls. 370-375 (e-STJ).

Por decisão monocrática, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça não conheceu do agravo em recurso especial, ante a ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo especial (e-STJ, fls. 382-383).

Daí o presente agravo interno (e-STJ, fls. 385-405), em que Conjunto Arquitetônico Green Village afirma o enfrentamento de todos os pontos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial. No mais, repisa os argumentos anteriormente defendidos.

Impugnação apresentada (e-STJ, fls. 408-414).

É o relatório. Decido.

Primeiramente, observa-se que houve impugnação devida aos fundamentos do juízo negativo de admissibilidade do recurso especial, razão pela qual, em juízo de reconsideração, torno sem efeito a decisão anterior (e-STJ, fls. 382-383), ante a inaplicabilidade do disposto no art. 932, III, do CPC/2015, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, tanto a alegação relacionada à ausência de interesse processual relativa ao arbitramento de honorários sucumbenciais, sob a fundamentação de ainda não haver fixação dessa verba, quanto a tese concernente ao não cabimento de ação de arbitramento de honorários advocatícios quando há contrato escrito, questões supostamente divergentes, não foram enfrentadas pelo Tribunal de origem.

Constata-se, efetivamente, que o acórdão recorrido decidiu a controvérsia à luz do art. 22, § 2º, da Lei n. 8.906/1994, considerando tão somente a descontinuidade dos serviços de advocacia e a revogação do mandato para foro, sem tecer considerações sobre as teses suscitadas pelo recorrente. Acrescente-se que nem sequer foram opostos aclaratórios acerca das referidas questões.

Nesse contexto, o apelo especial não ultrapassa o juízo de prelibação por esbarrar nos óbices da Súmulas 282 e 356 do STF, porque as matérias supostamente divergentes carecem do indispensável prequestionamento.

Assinala-se que o óbice da ausência de prequestionamento impede a análise da divergência jurisprudencial, porquanto inviável a comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado.

Desse modo, consoante a jurisprudência desta Corte, "a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência pela alínea c do art. 105, III, da Constituição da República" (AgInt no AREsp 1.222.138/PB, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe de 21/5/2018).

Ante o exposto, em juízo de reconsideração, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator